

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.504 - RJ (2019/0139219-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ANGELA TEREZA ARCAS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela UNIÃO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 185/186):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ÍNDICE DE 28,86%. MP 2.169/2001. ACORDO. NÃO COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DAS PARCELAS COMPROVADAMENTE PAGAS NA VIA ADMINISTRATIVA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução de título concessivo do reajuste de 28,86%, " para determinar o prosseguimento da execução pelo valor de R\$ 30.271,24 (trinta mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos), em abril de 2013 ", firmando entendimento no sentido de que o relatório SICAP - Sistema de Cálculos da Advocacia-Geral da União não seria suficiente para demonstrar a realização do acordo administrativo.

2. Com a edição da Medida Provisória nº 1.704/98, foi facultado a todos servidores públicos civis, do Poder Executivo Federal, firmar acordo (art. 6º) ou transação (art. 7º), para recebimento dos valores correspondentes ao período compreendido entre 1º de janeiro de 1993 a 30 de junho de 1998.

3. A partir do advento da Medida Provisória nº 2.169/2001, para efeito de homologação do acordo administrativo, passou a ser possível, na falta de instrumento de transação, a apresentação de documento expedido pelo sistema integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, nos termos do §2º, do art. 7º.

4. No caso concreto, a fim de comprovar a celebração do acordo administrativo e o pagamento das parcelas correspondentes aos valores relacionados aos 28,86%, a União não apresentou o termo de transação de que trata o artigo 7º da Medida Provisória nº 1.704/98 nem o documento expedido pelo SIAPE, apenas forneceu a planilha do SICAP - Sistema de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, que não pode ser admitida por expressa vedação legal, não havendo, portanto, como suprir o instrumento de transação. O referido documento, inclusive, aponta suposto pagamento em parcela única, o que causa estranheza, pois a sistemática legal previa pagamento parcelado.

5. Em que pese não restar comprovado o efetivo acordo extrajudicial à luz dos requisitos legais exigidos, não há como admitir como corretos os cálculos da execução homologados na sentença recorrida, sendo mais prudente, a fim de evitar eventual enriquecimento sem causa da Exequente, que as parcelas pagas na esfera administrativa a título do percentual de 28,86% sejam deduzidas do valor ainda devido a ela, podendo a União demonstrar tais pagamentos através das fichas financeiras a que tem acesso. Precedente desta Corte: (AC 0040401- 52.2012.4.02.5101, Relator Des.Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, data da decisão 08/09/2015, unanime).

6. Apelação conhecida e parcialmente provida.

Embargos de declaração foram rejeitados.

No especial obstaculizado, a parte recorrente apontou violação do art. 435 do CPC/2015, sustentando que os extratos do SICAP – Sistema de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, que vieram a substituir o SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal gozam da presunção de legitimidade, bem como que "não há que se falar em preclusão, pois o erro material não faz coisa julgada, podendo a qualquer tempo ser sanado. E por não ser o Juiz mero homologador de cálculos, tem o dever de conhecer de ofício dos atos que confrontem com a coisa julgada definida na sentença de mérito" (e-STJ fl. 216).

Afirmou, ainda, que os atos da administração gozam da presunção de legitimidade, presunção esta que decorre do princípio da legalidade, os quais informam a atuação da Administração e que deve ser vedado o enriquecimento ilícito.

Apresentadas as contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento da incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inadequação de aludidos fundamentos.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

A pretensão recursal não merece prosperar.

Com efeito, em relação à apontada ofensa ao 435 do CPC/2015, percebe-se que esse dispositivo não diz respeito diretamente às teses desenvolvidas no apelo nobre, o que revela a deficiência de fundamentação nesse particular, a ensejar o óbice de conhecimento encartado na Súmula 284 do STF.

Com efeito, referido artigo trata acerca da possibilidade de juntada de documentos novos, não tecendo a recorrente, nas razões do especial, nenhuma consideração acerca do tema.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a" do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do

mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator